caeni
Centro de Estudos das Negociações Internacionais

PROGRAMA BRASIL UE
CAENI - USP

JEAN MONNET SUPPLEMENT

Ano 2 • Número 08 – Março de 2017

EDITORIAL

Co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union

Esta edição do Jean Monnet Supplement fornece uma introdução geral, por Daniela Matos, à **Estratégia Global da União Europeia** publicada em Julho passado . Apresentado por Federica Mogherini à União Europeia, é um dos muitos desafios que enfrenta o projeto de integração da União na região e a sua preocupação em consolidar o seu papel no mundo. A Estratégia promete dar um novo impulso à União Europeia no que diz respeito às suas ações externas e dar forma à maneira como a União Europeia se relaciona com os seus parceiros mundiais, influência que será sentida nas futuras relações entre a União, o Brasil e a América Latina. Também este mês, John Trigo fornece uma visão sobre as iminentes **eleições presidenciais francesas**, que estão sendo observadas atentamente de fora da União. O candidato de extrema-direita (Marine Le Pen) da Frente Nacional parece ter conseguido um bom espaço na corrida pela Presidência e, por causa da sua agenda "Frexit" de se separar também da UE, ameaça ainda mais uma dor de cabeça às relações internas e externas da União Europeia do que o Brexit, já que implicaria na saída da França da zona euro e, entre muitas outras coisas, dos mercados financeiros. Tais referendos nacionais e eleições também ameaçam a programação anual legalmente aprovada do financiamento e das relações externas da União.

Do Editor, *Dr. Kirstyn Inglis*
Visiting Professor
Vice Co-ordinator of Brazil-Caeni-EU project

Sumário

Editorial	1
A Estratégia Global da União Européia: uma visão geral	2
Incertezas na França	4
Expediente	6

A Estratégia Global da União Europeia: uma visão geral

Daniela Ferreira Gomes de Matos

Em Julho de 2016, a União Européia apresentou uma nova Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE: "Visão partilhada e ação comum: uma Europa mais forte", com o intuito de fortalecer o bloco e oferecer às pessoas, através da utilização em seu benefício o crescimento global, a mobilidade e o progresso tecnológico, maiores e melhores oportunidades e perspectivas de vida. Apresentado pela Alta Representante e Vice Presidente da UE, Federica Mogherini, o projeto surgiu como resultado de um extenso processo de consulta, definindo os interesses e princípios fundamentais no qual a União Européia pretende se engajar, além de elucidar melhor seu significado e seus objetivos a serem alcançados.

Dentro da Estratégia Global, a União Europeia traz cinco pontos prioritários nos quais ela pretende agir: A segurança da nossa União; Resiliência do Estado e da Sociedade; Uma Abordagem Integrada a Conflitos e Crises; Ordens Regionais Cooperativas; e Governança Global para o Século XXI.

O primeiro ponto, referente à segurança e defesa, coloca que a Estratégia Global pretende agir para prevenir ameaças como o terrorismo, as ameaças híbridas, a volatilidade econômica, as mudanças climáticas e a insegurança energética, que colocam em risco a democracia e segurança do povo e do território dentro da União Europeia. Logo, a proposta é o reforço em áreas como o domínio da defesa, do cibernético, do contraterrorismo, da energia e das comunicações estratégicas. Além disso, os novos objetivos de reforço pretendido foi, em Novembro de 2016, decido, baseando-se no Plano de Implementação de Federica Mogherini sobre o assunto. A contribuição da União Europeia para a segurança da Europa se dará através de ações como o Plano de Ação Europeu para a Defesa, que propõe uma ajuda financeira aos Estados-Membros para um aprovisionamento conjunto e um desenvolvimento de capacidades mais eficazes, assim como o uso na prática da Declaração Conjunta UE-OTAN.

O segundo ponto tratado é a Resiliência do Estado e da Sociedade, que inclui o melhoramento da governança, accountability e a criação de um melhor espaço para a sociedade civil atuar. Segundo a União Europeia, a construção da capacidade de resistência visa em especial as regiões vizinhas da UE no Leste e no Sul, que vão da Ásia Central à África Central. Deve ser publicado ainda em 2017 o documento "Comunicação Conjunta sobre a Resiliência", baseando-se em trabalhos feitos anteriormente pela União Européia, de forma a identificar critérios-chave e parceiros, podendo trazer a melhor forma da resiliência se apresentar em ações externas em um cenário futuro.

Trazendo a Abordagem Integrada aos Conflitos e Crises, a União Européia oferece apoio e segurança à zonas afetadas por tragédias políticas ou naturais em diferentes âmbitos, como segurança alimentar, de gênero, e do ambiente. Além disso, cada vez mais a intenção é identificar formas de agir rapidamente para prevenir conflitos, responder eficazmente às crises, ajudar na estabilização dos países e assegurar seu empenho nas áreas de necessidade enquanto a paz e a estabilidade já mencionada estejam bem fixadas. A Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), por exemplo, representa uma parceria dentro das muitas regionais e internacionais de cooperação que busca esses objetivos.

Já no que diz respeito às Ordens Regionais Cooperativas, a Estratégia Global traz agovernança regional como facilitadora do gerenciamento de preocupações como segurança e obtenção de ganhos econômicos, a exemplo da própria União Européia.

Por fim, a Governança Global para o Século XXI reforça o apoio aos direitos humanos, ao desenvolvimento sustentável e ao acesso a bens comuns globais para todos. Para atingir esses objetivos, acredita-se que uma ONU forte é o alicerce da ordem multilateral e que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serão a chave para impulsionar a reforma na política de desenvolvimento visando o modelo sustentável. Federica Mogherini (2017), Alta Representante e Vice Presidente da União Europeia, coloca que a única maneira de lidar com

um mundo extremamente complexo e com um poder difundido é encontrar um terreno comum no qual haja soluções para os problemas. Para encontrar esse terreno, no entanto, é necessário construir cooperação, seja ela regional ou internacional, através do multilateralismo, fortalecendo essa ordem global baseada em regras.

Já para Techau (2016), uma das partes que demonstra a força do documento da Estratégia Global é aquela que esse torna saliente a necessidade do apoio e investimento da União Européia em uma ordem internacional baseada em regras. Essa demonstração trata-se de um compromisso claro com as instituições multilaterais e com os princípios universais por trás delas, que continuam a ser o alicerce para a estabilidade regional e global, e para a governação global em geral.

No que diz respeito à ação da Estratégia Global na América, os esforços bem sucedidos para superar conflitos arraigados, a marcha para a democracia, o progresso socioeconômico e os valores fundamentais compartilhados entre ambos sugere para a União Europeia que é uma parceria a ser escolhida para a Europa ao enfrentar os desafios globais. Mais especificamente sobre o aprofundamento das relações com a América Latina e o Caribe, temos esse expresso em parcerias bilaterais, relações inter-regionais e foros multilaterais. Segundo o site oficial da Estratégia Global, o investimento da UE na América Latina é superior ao feito na do que na Rússia, Índia e China combinados, enquanto os laços culturais e os fluxos migratórios são fortes em ambas as direções. Caminha-se, portanto, para o fortalecimento das relações com países individuais e com organizações como CELAC, SICA, CARICOM, MERCOSUL e UNASUL.

Tem-se, portanto, a nova Estratégia Global da União Européia como um documento muito útil para traçar o seu rumo na próxima década e servirá como um modelo no qual as açõesa serem tomadas poderão se espelhar. Apesar de não haver um caráter vinculante para os Estados membros que os obrigue a cumprir as recomendações, todos os pontos escritos na formulação da Estratégia Global trazem boas opções de caminhos a serem seguidos. Resta, portanto, a utilização prática dos caminhos apresentados, fazendo com que a Europa e o mundo possam ter um novo rumo em questão e garantir sua segurança.

Daniela Ferreira Gomes de Matos *is a graduate student of the Bachelor of International Relations at USP and a researcher at Caeni-USP*

O apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui concordância com seu conteúdo, que é de responsabilidade exclusiva dos autores. A Comissão não é responsável por qualquer uso que possa ser feito da informação contida nesta publicação.

Referências:

- União Européia. Http://europa.eu/globalstrategy/en/global-strategy-promote-citizens-interests. Disponível em: <http://europa.eu/globalstrategy/en/global-strategy-promote-citizens-interests>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- União Européia. Http://europa.eu/globalstrategy/en/integrated-approach-conflicts. Disponível em: <http://europa.eu/globalstrategy/en/integrated-approach-conflicts>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- União Européia. Http://europa.eu/globalstrategy/en/priorities-eu-global-strategy. Disponível em: <http://europa.eu/globalstrategy/en/priorities-eu-global-strategy>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- União Européia. Http://europa.eu/globalstrategy/en/security-defence-0. Disponível em: <http://europa.eu/globalstrategy/en/priorities-eu-global-strategy>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- União Européia. Http://europa.eu/globalstrategy/en/reviving-atlantic-partnerships. Disponível em: <http://europa.eu/globalstrategy/en/reviving-atlantic-partnerships>. Acesso em: 17 mar. 2017.

- Carnegie Europe. Http://carnegieeurope.eu/strategiceurope/?fa=63994. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/strategiceurope/?fa=63994>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- European Union External Action. Https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/23056/high-representativevice-president-federica-mogherini-2017-carnegie-nuclear-policy-conference_en. Disponível em: Https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/23056/high-representativevice-president-federica-mogherini-2017-carnegie-nuclear-policy-conference_en>. Acesso em: 17 mar. 2017.

Incertezas na França

João de Souza Trigo

A corrida eleitoral francesa está em seu estágio final. Em breve o país decidirá a qual liderança política irá confiar a condução dos interesses franceses nos próximos anos. No entanto, nos dias 23 de abril (1º turno) e 07 de maio (2º turno) de 2017, a França irá passar por eleições nacionais que não terão apenas relevância à aspectos internos. É dito que nunca houve, na história recente, eleições francesas tão disputadas e com um possível desfecho catastrófico para a comunidade internacional, sobretudo a União Europeia.

Entre os cinco principais nomes que concorrem à presidência, apenas dois se demonstram mais fortes para chegar ao segundo turno: Marine Le Pen, líder da extrema direita e candidata do partido "Frente Nacional"; e Emmanuel Macron, jovem candidato de centro representando seu também jovem partido "Em Marcha". Contudo, a ameaça à integração regional promovida pela UE pode se tornar uma realidade caso Le Pen assuma a presidência.

As críticas ferozes da candidata da extrema direita francesa vêm ganhando público e se fortalecendo como solução aos problemas internos, cuja candidata credita à UE, enfatizando o estreitamento da soberania nacional em detrimento da burocracia do bloco continental, além de relacionar os baixos índices de crescimento econômico francês ao livre comercio e por culpar Angela Merkel pela gestão da crise dos refugiados, fator que segundo Le Pen, tira o emprego dos franceses, sobretudo os jovens, e islamiza a nação francesa.

Por tanto, por trás de suas desaprovações, o que Le Pen realmente sugere é a saída da França do bloco europeu. Um movimento que, seguindo o já consolidado Brexit, ganhou o apelido de Frexit (France exit). No entanto, uma possível saída dos franceses não se compararia em termos de impactos negativos ao bloco como a saída dos ingleses. Por dois principais motivos: a França, além de ser um dos países fundadores é também junto com a Alemanha um dos pilares que sustentam as estruturas institucionais do bloco e pelo fato de que a França adotou o Euro como moeda, diferentemente dos ingleses que não a quiseram adotar, o que facilitou o processo e a decisão da saída por não ter que envolver um cálculo de custo da transição para uma nova moeda. É preciso dizer que, em termos de legalidade da adesão ao euro além da adesão à UE, Mario Draghi, Chefe do Banco Central Europeu, deixou clara a natureza irrevogável da adesão ao euro em 9 de março de 2017.

Na verdade, uma combinação de disposições contidas no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) reforçam expressamente esse raciocínio (artigos 46(3), 49 e 140(3)), que coloca em cheque a legalidade de uma possível retirada voluntária de um Estado-Membro nos termos do artigo 50 do Tratado de Lisboa da União Europeia. No entanto, é importante destacar o desafio legalmente problemático de manter a adesão de um país ao Euro no caso de envolver a retirada voluntária.[1]

Optando pelo cenário que um retorno ao Franco é realmente uma possibilidade, na verdade, o que ocorreria seria tudo o contrário que Le Pen promete. Assim como aconteceu no Reino Unido com a Libra, o Franco depreciaria e teria uma forte inflação na França. Ao

[1] Presidente Draghi diz que moeda única é "irrevogável".

mesmo tempo, o fechamento econômico faria com que produtos externos se tornassem mais caros, muitos dos quais a França não produz ou não produz suficientemente. Consequentemente os maiores afetados seriam as populações mais pobres, que coincidentemente representam o eleitorado de Le Pen, pois gastam uma maior porcentagem de sua renda em produtos básicos de alimentação que agora começariam a serem importados com taxas mais altas. A depreciação do Franco também dificultaria o pagamento das dívidas externas e das negociações com a UE que deverão ser em Euro, uma moeda mais forte.

Este seria apenas um breve cenário da decadência econômica que deixar a moeda única traria. Porém, abandonar o Euro não é um processo que se resolve facilmente. A UE não deixa claro em seus tratados como seria possível substituir o Euro por uma nova moeda nacional em um de seus estados membros. Este já foi um tópico estudado e debatido no momento mais agudo da crise grega, quando se discutia uma possível retirada da moeda única por parte da Grécia. Como não há regras que delimitem a legalidade da retirada do Euro, este seria um processo minucioso e demorado, que teria de ser negociado por meio de tratado com o país retirante e o restante dos países da zona do Euro. Além do pagamento pela negociação de reestabelecer a soberania monetária, a França, no caso de se retirar da moeda única, seria imediatamente considerada como um país de alto risco de investimento devido à iminente instabilidade monetária e fiscal. Assim, a arrecadação por meio de fundos no mercado internacional se tornaria inviável e obrigaria a França a buscar um financiamento emergencial no Fundo Monetário Internacional (FMI).[2]

Ainda assim, as pesquisas indicam que o ponderado Macron, mesmo perdendo o primeiro turno, seria facilmente eleito presidente no segundo turno por conseguir angariar os votos dos outros candidatos, enquanto Le Pen, por mais que tenha uma forte base eleitoral, possui uma limitação em expandi-la. Porém, não se pode tratar como um absurdo as propostas de Le Pen. Pois, por mais que de fato sejam extremistas, deve-se tratar com seriedade porque existem pessoas que realmente acreditam nelas e pensam ser esse o melhor caminho. Ou seja, é preciso perceber que o mundo passa por uma mudança na dicotomia política mais tradicional que era sobre esquerda e direita e está se caminhando para a dicotomia aberto e fechado.

O caso do Brexit e a eleição de Donald Trump confirmam essa tendência e servem de alerta para que não se aja novamente com essa incredulidade. A falta de ativismo pelos especialistas, mídia e empresariado se deu justamente por pensarem ser impossível esses cenários. Agora vem a vez da França e, sobretudo, o governo alemão é um dos atores que mais precisa estar atento e fomentar, na França, suas parcerias e os sucessos da UE.

Também é tempo de aproveitar o vácuo que o Brexit irá deixar. No dia seguinte ao referendo já se dizia que as sedes europeias de muitas empresas que se situavam na City londrina (praça financeira de Londres) haveriam de migrar, na sua grande maioria, para Paris ou Frankfurt. Essa é uma grande oportunidade para a França gerar, nacionalmente, renda e empregos, mas parece que está sendo negligenciada.

A incerteza do futuro francês tem que ser debatida seriamente, pois se por ventura a França vir a sair do bloco, as consequências seriam tantas que poderiam até significar o fim da moeda única ou o começo do fim do maior projeto de integração regional já consolidado.

João de Souza Trigo *é aluno de graduação*
do Bacharelado em Relações Internacionais da USP
e pesquisador júnior do Caeni-USP

[2] MILLER, VAUGHNE. Can Greece legally withdraw from the Euro?, P. 7 - 8

O apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui concordância com seu conteúdo, que é de responsabilidade exclusiva dos autores. A Comissão não é responsável por qualquer uso que possa ser feito da informação contida nesta publicação.

Referências:

- http://www.economist.com/news/leaders/21717814-why-french-presidential-election-will-have-consequences-far-beyond-its-borders-vote
- http://www.dw.com/en/would-frexit-mean-economic-disaster/a-37680111
- https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2017/02/28/opiniao-alemanha-nao-pode-olhar-impassiva-para-franca.htm
- http://foreignpolicy.com/2017/03/06/whats-happening-in-the-french-presidential-elections/
- http://www.cnbc.com/2017/02/22/france-exiting-the-euro-would-be-the-largest-default-in-history-with-serious-contagion-effects.html
- https://www.theguardian.com/business/live/2017/mar/09/ecb-rate-decision-qe-mario-draghi-markets-euro-business-live
- MILLER, VAUGHNE. Can Greece legally withdraw from the Euro?, P. 7 – 8

EXPEDIENTE

Coordenador: Amâncio Jorge de Oliveira
Editor in Chief: Janina Onuki
Executive Editor: Kirstyn Inglis
Sub-Editor: Daniela Ferreira Gomes de Matos
Pesquisadores que colaboraram nesta edição: Daniela Ferreira Gomes de Matos, Caliel Calves da Costa, Guilherme Gonçalves Mélo, Janina Onuki, João de Souza Trigo, Rafael Nunes Magalhães
Assistente executiva: Vanessa Munhoz

Co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union

PROGRAMA BRASIL UE
CAENI - USP